COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 905-B, DE 1995

Dispõe sobre o processo de abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências.

Autor: Deputado MAX ROSENMANN

Relator: Deputado RICARDO TRIPOLI

I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado MAX ROSENMANN, visa a dispor sobre o abate de animais destinados ao consumo.

Enviado à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, dela recebeu pronunciamento favorável, ainda em 1996, nos termos do Parecer do Relator, Deputado CHICÃO BRÍGIDO.

Foi, em seguida, encaminhado à Comissão de Agricultura e Política Rural, onde também recebeu parecer favorável, já em 1999, com rejeição, porém, da emenda apresentada pelo Deputado AROLDO CEDRAZ, tudo nos termos do parecer do Relator, Deputado ROMEL ANÍZIO.

A matéria foi, então, distribuída para esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que não chegou a apreciar à época (2000) o Parecer apresentado pelo Relator designado, Deputado ROLAND LAVIGNE.

Na Legislatura anterior, o Projeto não teve andamento.

Após o regular desarquivamento no início da presente Legislatura, o Projeto encontra-se ainda nesta douta CCJC, que deverá pronunciar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo previsto para o regime ordinário de tramitação. Os pareceres elaborados pelos Deputados JOÃO CAMPOS e BOSCO COSTA (na Legislatura anterior) não foram igualmente apreciados.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em relação aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, estão obedecidos os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa concorrente da União para estabelecer normas gerais sobre produção e consumo (art. 24, V, e § 1º, C.F.), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, caput, C.F.) e à iniciativa, neste caso, ampla e não reservada (art. 61, caput, CF).

Entretanto, há uma inconstitucionalidade que escapa aos pontos já referidos: é a disposição do art. 13, assinalando ao Poder Executivo prazo para praticar ato de sua exclusiva competência. Tal inconstitucionalidade é marcada não só por esta Comissão (Súmula da Jurisprudência nº 1), como também pelo Supremo Tribunal Federal (ADIN 5466-4/RS). Faz-se, portanto, necessário retirar aquele artigo do Projeto.

Quanto à juridicidade, nada há a opor.

Quanto à técnica legislativa, far-se-á necessário adequar o projeto ao disposto na Lei Complementar 95/98, ulterior à data de apresentação da presente propositura, e que trata da elaboração, da redação, da alteração e da consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

A Lei Complementar 95/98, em seu art. 9º, dispõe que “quando necessária a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas.” Daí, a justificativa para suprimirmos do texto o art. 15, que expressamente determina: “revogam-se as disposições em contrário.”

Já a Emenda da Comissão de Agricultura e Política Rural é constitucional, jurídica e encontra-se bem redigida.

Ocorre que esta relatoria oferece, na oportunidade, proposta de alteração do projeto de lei original em vários de seus dispositivos, suprimindo e acrescentando outros. Tal alteração, portanto, ensejará a apresentação de Substitutivo, pelos motivos infra aduzidos.

O projeto de lei apresentado pelo nobre Deputado Max Rosenmann há exatos 13 anos, foi motivado pelas proposituras, anteriormente postas à tramitação, respectivamente em 1989 e 1994, que vislumbravam, igualmente, abordar e coibir a crueldade e o sofrimento dos animais no processo de abate em matadouros, abatedouros e frigoríficos, bem como no processo que a ele se antecede (*ante-mortem* ou pré-abate), qual seja, sua criação, seu embarque, transporte, desembarque e a espera até momento da insensibilização e sangria.

Há muito já não mais se discute a senciência dos animais, o que inegavelmente, lhes garante prerrogativas e direitos, acarretando-nos, em contrapartida, deveres em relação a eles, como o de garantir-lhes defesa, proteção e bem-estar.

Não é sem razão, que a União Européia edita, revê e discute diretivas e normas que asseguram aos animais, seres sencientes, a proteção contra sofrimento,

crueldade, abusos, hostilização, dor, agonia.

Daí emanam as leis que, visando regulamentar os direitos apostados constitucionalmente, nas diversas atividades e práticas em que são parte (os animais), assumem o papel de disciplinar condutas, acompanhando a evolução social, política, econômica, histórica e ética da sociedade.

Mundialmente se debate, seja por razões de cunho ambiental, filosófico, ético ou de saúde, o consumo de proteína animal.

A economia mundial circunda em torno desta atividade e setor e ainda que muito se tenha avançado no processo civilizatório, mesmo com todo o regramento que se impõe, práticas abusivas e o desconhecimento imperam em diversas localidades, no que tange ao manejo e o tratamento dispensado aos animais.

No agronegócio, em nosso País, o cenário sofre alterações e se curva às novas práticas, como as exigidas por esta norma, cuja pretensão alcança o patamar nacional, por força imperativa do mercado externo, cuja preocupação permeia todas as áreas acima transcritas.

O ganho em produtividade, o combate ao desperdício, os preceitos de segurança alimentar e o bem-estar dos animais são condicionantes, na atualidade, da boa gestão e da sobrevivência do setor face às exigências mercadológicas e sociais.

Recomendamos que se faça atenta leitura à brilhante explanação contida na Justificativa do nobre Deputado Max Rosenmann, posto que, transcorridos 13 (treze) anos, infelizmente, ainda, podemos nos deparar com cenas descritas naquela narrativa, como denunciado pela **Agência Folha**, neste último 05 de junho do corrente. Segundo a matéria, em fiscalização que realizou em matadouros no Rio Grande do Norte, o Ministério do Trabalho tem encontrado crianças e adolescentes trabalhando em “locais perigosos, com pessoas agressivas”. “No matadouro de João Câmara, assistimos às mortes mais brutais dos bois. O animal era puxado por uma corda por um adolescente, que lhe cobria os olhos com um pano e outro marretava a cabeça do animal, errando várias vezes, fazendo o animal gritar de dor”, relata trecho do relatório dos auditores fiscais, que está sendo encaminhado ao Ministério Público.

Claro, faltaríamos com a verdade, se afirmássemos serem estas práticas recorrentes. Felizmente, não o são. Para debruçarmo-nos sobre este parecer e matéria, cuja relatoria desta douta Comissão nos foi incumbida, subsidiamo-nos, mais uma vez, - a exemplo das demais proposições e leis apresentadas ao longo da trajetória parlamentar -, de técnicos e especialistas do setor, e da análise de estudos e trabalhos publicados, com embasamento de campo.

Em visita ao interior de São Paulo, reunimo-nos com especialistas do ETCO – Grupo de Estudos e Pesquisa em Etologia e Ecologia Animal, do Departamento de Zootecnia da Universidade Estadual Paulista - UNESP e assistimos a utilização de equipamentos desenvolvidos para as práticas descritas neste Projeto, cuja viabilidade e implementação já são realidade e visam coibir sejam os animais objeto de manejo inapropriado e cruel.

Medidas preventivas devem acautelar todas as práticas e condutas. É de rigor, ademais, o contínuo aperfeiçoamento das técnicas utilizadas, a melhoria nos espaços e benfeitorias, o desenvolvimento de equipamentos, a capacitação e a educação continuada de todos os envolvidos, principalmente daqueles que diretamente atuam e lidam com os animais. O atendimento a estas premissas, que devem nortear o setor, motivaram as alterações propostas para o presente Projeto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 905, de 1995, e da Emenda nº 1/96 da Comissão de Agricultura e Política Rural, na forma do Substitutivo que apresentamos.

É o voto.

Sala da Comissão, em   de   de 2008.

Deputado **RICARDO TRIPOLI**
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 905, DE 1995

Dispõe sobre o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É obrigatório em todos os matadouros, matadouros-frigoríficos e abatedouros, estabelecidos no território nacional, o emprego de métodos científicos

e modernos de insensibilização, aplicados antes da sangria.

§1º. A insensibilização prevista no caput deste artigo poderá ser realizada por instrumentos de percussão mecânica, processos químicos (gás CO²), choques elétricos (eletronarcose) ou outros métodos modernos que impeçam o abate cruel de animais.

§2º. É vedado o uso da marreta e das picadas no bulbo (choupa).

§3º. Não é permitido ferir ou mutilar os animais antes da insensibilização.

§4º. Nos casos em que se utilizar tanques de escaldagem, a velocidade no trilho aéreo será regulada de forma a impedir a queda de animais ainda vivos nesses recipientes.

Art. 2º. Na insensibilização de aves por eletronarcose:

- I. as cubas de insensibilização não podem ser abastecidas com água de modo contínuo, com transbordamento na entrada e saída, a fim de se evitar pré-choque nos animais;
- II. as cubas de insensibilização devem possuir isolamento elétrico na rampa de entrada e saída, para evitar que a água a torne ativa, provocando pré-choque nos animais;
- III. o equipamento deve evitar que as aves, independentemente da espécie, toquem as asas na água do tanque antes da cabeça;
- IV. as aves que apresentarem fraturas ou lesões não devem sofrer a pendura, devendo ser empreendido o método de abate por deslocamento manual da articulação atlanto-occipital, desde que seu peso não exceda 3(três)kg e seja efetuado por funcionário capacitado para abate emergencial.

Art. 3º. O boxe de insensibilização deverá atender as condições específicas de cada espécie e necessárias a viabilizar o emprego dos métodos referidos no artigo anterior, permitindo a entrada de apenas um animal por vez.

§1º. É vedado o fechamento da comporta do boxe antes da entrada total do animal, bem como feri-lo ou deixar que qualquer parte de seu corpo seja atingida.

§2º. Devem ser empreendidos métodos, recursos ou utilizados equipamentos que, não causando qualquer desconforto, lesão ou dor ao animal, o mantenha posicionado para que a insensibilização seja efetivada de forma rápida e na primeira tentativa.

§3º. Os suínos devem ser conduzidos emparelhados ou em grupo até a câmara ou sala de insensibilização ou “restrainer”, equipamento aéreo de transporte individual, ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 4º. O corredor ou linha de abate atenderá as necessidades de cada espécie animal a que se destina, visando facilitar seu deslocamento sem provocar ferimentos ou contusões.

§1º. O corredor de trânsito dos animais deve atender as seguintes especificações:

- I. possuir piso antiderrapante, lavável e de reduzida declividade;
- II. ser curvilíneo, sem cantos, obstáculos ou curvas acentuadas no traçado;
- III. possuir paredes lisas e laváveis;
- IV. assegurar a não variação de intensidade luminosa;
- V. assegurar a não variação brusca de ruído.

§2º. O animal que cair no corredor do abate e não se levantar será, a critério do serviço de inspeção, insensibilizado no local ou conduzido por aparelho ou veículo próprio para o seu transporte (guindaste, carrinho ou similar) à sala de abate ou atordoamento de emergência, não podendo, sob qualquer pretexto ou hipótese ser arrastado ou erguido pelas patas ou cabeça.

Art. 5º. É vedado o abate de fêmeas lactantes, com mais de 1/3 (um terço) do tempo normal de gestação ou em parto recente, ou ainda, de animais caquéticos ou que padeçam de qualquer enfermidade.

Art. 6º. Durante o período de repouso ou espera, o animal será somente hidratado, devendo dispor de água potável à vontade.

Parágrafo único. O período de repouso poderá ser reduzido quando o tempo de viagem do animal, anterior ao abate, não for superior a duas horas e os animais forem procedentes de propriedades, mercados ou feiras, sob o controle sanitário permanente.

Art. 7º. O tempo de permanência em espera ou repouso, no frigorífico ou abatedouro, atenderá às seguintes especificações:

- I. período não inferior a seis horas e não excedente a doze horas para bovinos;
- II. período não inferior a quatro horas e não excedente a seis horas para suínos;
- III. as aves não necessitam de tempo de espera e repouso para o abate, excetuando-se a ocorrência de qualquer evento durante o transporte que o justifique, hipótese em que não poderá exceder 2 (duas) horas.

Parágrafo único. Computando-se todo o processo pré-abate, desde o jejum procedido na propriedade até a chegada ao abatedouro ou frigorífico, é vedado suspender a alimentação e dieta hídrica dos animais de qualquer espécie por período superior a 12 (doze) horas.

Art. 8º. Os animais enfermos, agonizantes, com fraturas, contusões, hemorragias ou quaisquer sinais de desconforto ou lesões devem ser abatidos no local, de forma emergencial.

§1º. Em casos emergenciais, durante o período pré-abate, transporte ou nas propriedades de criação de animais destinados ao consumo, devem ser empregados, para insensibilização, métodos, instrumentos portáteis ou aplicação de técnica específica, atendendo as especificações exigidas no art. 1º e em consonância com os avanços tecnológicos disponíveis.

§2º. Os instrumentos referidos no parágrafo anterior devem estar disponíveis nas propriedades de criação, matadouros-frigoríficos e abatedouros e pelo serviço público de inspeção.

§3º. O abate de emergência de suínos deve ser procedido de forma mecânica, com pistola de dardo cativo com cartucho de explosão, ou por atordoamento elétrico, em observância às normas técnicas e legais específicas.

§4º. O abate emergencial de aves deve ser procedido consoante previsão elencada no inciso IV do art. 2º desta Lei.

Art. 9º. A utilização do choque elétrico deve atender as seguintes exigências:

- I. ser utilizado somente para mover ou levantar animais, como última alternativa, quando todos os demais esforços empreendidos restarem frustrados;
- II. possuir voltagem máxima de 20 (vinte) volts;
- III. o tempo máximo de aplicação não deve exceder três segundos;
- IV. é vedada a aplicação seqüencial por mais de duas vezes e na mesma parte do corpo do animal, estando proibida a aplicação em toda a cabeça, vulva, ânus ou testículos.

Art. 10. Os animais devem ser mantidos, criados e transportados em ambiente que garanta cada fase de seu desenvolvimento, considerando idade e tamanho das espécies, devendo ser consideradas as condições sanitárias e ambientais, de temperatura, umidade relativa, quantidade e qualidade do ar, níveis de luminosidade, exposição solar, ruído, espaço físico, alimentação, enriquecimento ambiental e segurança, conforme as necessidades físicas, mentais e naturais dos animais.

Art. 11. No transporte, embarque e desembarque de animais devem ser observados, para atendimento das condições de bem-estar animal, o tempo de viagem, o período do dia, as condições climáticas e de temperatura, a densidade de animais por box, gaiola, caixa de transporte, baia ou recinto, as condições da estrada, o tempo e o local de espera, e as demais disposições legais e técnicas concernentes à matéria.

Art. 12. Durante o transporte e em todo o período pré-abate é vedado submeter os animais a qualquer prática de hostilização, maus-tratos, crueldade, abusos, provocações, diversão pública, ou ainda, sujeitá-los a qualquer condição que provoque sofrimento físico ou mental.

Parágrafo único. Entende-se por maus-tratos aos animais, toda e qualquer ação ou omissão, decorrente de negligência, imprudência ou imperícia ou ato voluntário e intencional, voltado contra os animais, que lhes acarrete a falta de atendimento as suas necessidades naturais, físicas e mentais.

Art. 13. No desembarque dos animais:

- I. as rampas de desembarque devem manter inclinações não acentuadas e atender as necessidades de cada espécie;
- II. as caixas de transporte das aves devem deslizar por rampas até a esteira da linha de insensibilização, sendo vedado arremessá-las.

Art. 14. Todos aqueles envolvidos direta e indiretamente com a atividade regulada por esta Lei devem ser previamente capacitados e receber educação continuada em bem-estar animal e manejo etológico.

Art. 15. Na insensibilização de bovinos, deve ser procedido revezamento entre a equipe de atordoamento, a cada três horas ou 250 (duzentos e cinquenta) animais abatidos.

Art. 16. É vedada a presença de menores de idade no local de abate e de pessoas estranhas ao serviço, salvo funcionários autorizados, proprietários dos animais ou seus prepostos, representantes de órgãos governamentais e membros de associações de proteção aos animais, mediante autorização do serviço de inspeção e desde que estejam devidamente paramentados.

Art. 17. Para efeito desta Lei, são aplicáveis as seguintes definições:

- I. Matadouro: é o estabelecimento dotado de instalações adequadas para o abate de quaisquer espécies comercializadas para consumo, com ou sem dependências para a industrialização;
- II. Matadouro-frigorífico: é o estabelecimento dotado de instalações completas para o abate de várias espécies comercializadas com o

aproveitamento dos subprodutos não comestíveis, possuindo instalações de frio industrial;

- III. Abatedouro: é o estabelecimento dotado de instalações para o abate de aves, suínos com peso máximo de sessenta quilos, coelhos, ovinos e caprinos;
- IV. Animais de consumo: animais, de qualquer espécie, destinados à alimentação humana e de outros animais;
- V. Métodos científicos: são todos aqueles processos aptos a produzirem a perda total da consciência e da sensibilidade previamente à sangria;
- VI. Métodos mecânicos: são aqueles em que se emprega o uso de pistolas mecânicas de penetração ou concussão, aptos a produzirem coma cerebral imediato;
- VII. Métodos elétricos: são aqueles em que se emprega o uso de aparelhos com eletrodos que provocam passagem de corrente elétrica pelo cérebro do animal, tornando-o inconsciente e insensível (eletronarcolese);
- VIII. Métodos químicos: é o que emprega o CO² (dióxido de carbono) em composição adequada com o ar ambiental, produzindo a perda da consciência nos animais.

Art. 18. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal ou do Distrito Federal, o não cumprimento do estabelecido nessa Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

- I. Multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo a R\$ 1.000,00 (mil reais), e no máximo, a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), agravada em casos de reincidência específica, vedada a sua cobrança pela União, se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal ou Município, multa pela mesma infração.
- II. Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pela União;
- III. Perda ou suspensão de participação em financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, instituídas pelo Poder Público Federal;
- IV. Suspensão temporária de sua atividade, até sessenta dias, por ato do Ministro de Estado competente, e;
- V. Suspensão definitiva de sua atividade, por ato do Ministro de Estado competente, desde que ocorram quaisquer das seguintes hipóteses:
  - a. reincidência, caracterizada pela ação ou omissão inicialmente punida;
  - b. dolo, ainda que eventual;

c. danos permanentes à saúde humana;

d. comprometimento sistemático ao bem-estar animal.

§1º. O valor das multas referidas no inciso I deste artigo será cobrado em dobro se a infração tiver sido praticada no período noturno, em domingo, feriado ou dia declarado ponto facultativo.

§2º. Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão caberá à autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamentos, mediante a respectiva comunicação, de responsabilidade de autoridade competente.

§3º. A suspensão temporária referida no inciso IV deste artigo poderá ser interrompida por ato do mesmo Ministro de Estado que a procedeu, no caso de comprovada a reparação do ato motivador da sanção.

§4º. As multas previstas neste artigo devem ser reajustadas anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 19. Os órgãos e instituições públicos responsáveis pela aplicação desta Lei deverão comunicar ao Ministério Público, de imediato, a inobservância de suas exigências e de seu regulamento.

Art. 20. Havendo necessidade comprovada de adaptação nas instalações ou equipamentos destinados ao transporte, manejo ou abate de animais, conceder-se-á prazo de até dois anos, a partir da promulgação da Lei.

Parágrafo único. O prazo referido neste artigo deverá ser estabelecido pela autoridade competente que também poderá prorrogá-lo, por período não superior ao dobro, mediante requerimento do interessado, desde que devidamente comprovada e inspecionada a impossibilidade técnica de adaptação de suas instalações e equipamentos às exigências aqui contidas em prazo inferior ao declarado.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em   de   de 2008.

Deputado **RICARDO TRIPOLI**
Relator